

I - B  
SÉRIE

# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## S U P L E M E N T O

### S U M Á R I O

#### Presidência do Conselho de Ministros

##### Declaração de rectificação n.º 7/91:

De ter sido rectificada a Portaria n.º 1208/90, dos Ministérios das Finanças, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Comércio e Turismo, que fixa as taxas e tarifas dos serviços postais e de telecomunicações, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 290, de 18 de Dezembro de 1990.....

512-(7)

##### Declaração de rectificação n.º 8/91:

De ter sido rectificada a declaração de abertura de créditos especiais no orçamento de vários ministérios, no montante de 12 105 758 contos, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 299, de 29 de Dezembro de 1990.....

512-(7)

##### Declaração de rectificação n.º 9/91:

De ter sido rectificada a Portaria n.º 1086/90, dos Ministérios da Defesa Nacional, da Agricultura, Pescas e Alimentação e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que estabelece os cursos, exames e tirocínios exigidos aos marítimos para acesso às categorias profissionais previstas no regime de inscrição marítima e define os diversos tipos de certificados e cartas a passar aos marítimos, incluindo o respectivo regime de emissão, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 249, de 27 de Outubro de 1990 .....

512-(7)

##### Declaração de rectificação n.º 10/91:

De ter sido rectificada a Portaria n.º 1201/90, do Ministério do Comércio e Turismo, que exclui o regime de preços declarados para a produção de azeite, refinação de azeite e produção e refinação de óleos alimentares enquadrados no desdobramento da Classificação das Actividades Económicas (CAE, revisão 1973), publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 287, de 14 de Dezembro de 1990 .....

512-(8)

##### Declaração de rectificação n.º 11/91:

De ter sido rectificada a declaração de transferências de verbas do Ministério do Emprego e da Segurança Social no montante de 75 677 contos, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 290, de 18 de Dezembro de 1990.....

512-(8)

##### Declaração de rectificação n.º 12/91:

De ter sido rectificada a declaração de alterações de rubricas no orçamento de vários ministérios publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 228, de 2 de Outubro de 1990 .....

512-(8)

**Declaração de rectificação n.º 13/91:**

De ter sido rectificado o sumário do *Diário da República*, 1.ª-B série, n.º 2, de 3 de Janeiro de 1991, referente às declarações dos Ministérios das Finanças e do Ambiente e Recursos Naturais ..... 512-(8)

**Declaração de rectificação n.º 14/91:**

De ter sido rectificada a Portaria n.º 1154/90, do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que aprova o Regulamento de Tarifas da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS), publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 271, de 23 de Novembro de 1990 ..... 512-(8)

**Declaração de rectificação n.º 15/91:**

De ter sido rectificada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/90, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova as regras de alienação do capital social do Diário de Notícias, S. A., publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 298 (suplemento), de 28 de Dezembro de 1990 ..... 512-(9)

**Declaração de rectificação n.º 16/91:**

De ter sido rectificada a Portaria n.º 37/91, do Ministério do Comércio e Turismo, que exclui do regime de preços declarados os bens enquadrados nos desdobramentos da Classificação das Actividades Económicas (CAE, revisão de 1973), publicada no *Diário da República*, 1.ª-B série, n.º 12, de 15 de Janeiro de 1991 ..... 512-(9)

**Declaração de rectificação n.º 17/91:**

De ter sido rectificada a Portaria n.º 887/90, do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, que cria uma zona de defesa hidrogeológica do aquífero cárstico que alimenta as captações por furos, destinadas ao abastecimento de Portalegre, no sítio designado por Olhos de Água (São Salvador de Aramenha), publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 219, de 21 de Setembro de 1990 ..... 512-(9)

**Declaração de rectificação n.º 18/91:**

De ter sido rectificada a declaração do Ministério das Finanças que aprova modelos de impressos publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 300 (6.º suplemento), de 31 de Dezembro de 1990 ..... 512-(9)

**Declaração de rectificação n.º 19/91:**

De ter sido rectificado o Decreto Regulamentar Regional n.º 1/91/A, da Região Autónoma dos Açores, que põe em execução o Orçamento da Região Autónoma dos Açores, publicado no *Diário da República*, 1.ª-B série, n.º 10, de 12 de Janeiro de 1991 ..... 512-(12)

**Declaração de rectificação n.º 20/91:**

De ter sido rectificada a Portaria n.º 13/91, do Ministério da Saúde, que aumenta os lugares de parreira nos quadros de pessoal de diversos serviços e estabelecimentos dependentes do Ministério da Saúde, publicada no *Diário da República*, 1.ª-B série, n.º 3, de 4 de Janeiro de 1991 ..... 512-(12)

**Declaração de rectificação n.º 21/91:**

De ter sido rectificada a Portaria n.º 1152/90, dos Ministérios das Finanças e da Agricultura, Pescas e Alimentação, que fixa os valores máximos das rendas dos contratos de arrendamento rural a praticar no ano de 1990, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 270, de 22 de Novembro de 1990 ..... 512-(12)

**Declaração de rectificação n.º 22/91:**

De ter sido rectificada a declaração de rectificação ao Despacho Normativo n.º 161/90, do Ministério do Planeamento e da Administração do Território, que determina o financiamento para a construção de sedes de juntas de freguesias, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 300, (5.º suplemento), de 31 de Dezembro de 1990 ..... 512-(12)

**Declaração de rectificação n.º 23/91:**

De ter sido rectificada a Portaria n.º 1240/90, do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, que sujeita ao regime cinegético especial as propriedades denominadas «Herdades do Gargolim de Cima e Serrinha», situadas na freguesia de Santa Maria do Castelo, concelho de Sesimbra, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 300, de 31 de Dezembro de 1990 ..... 512-(12)

**Declaração de rectificação n.º 24/91:**

De ter sido rectificada a Portaria n.º 1177/90, do Ministério do Emprego e da Segurança Social, que actualiza as pensões de invalidez, velhice e de sobrevivência dos regimes de segurança social, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 278, de 3 de Dezembro de 1990 ..... 512-(12)

**Declaração de rectificação n.º 25/91:**

De ter sido rectificada a Portaria n.º 1221-B/90, do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, que actualiza as tarifas de abastecimento de água praticadas pela EPAL, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 291 (2.º suplemento), de 19 de Dezembro de 1990 ..... 512-(12)

**Declaração de rectificação n.º 26/91:**

De ter sido rectificada a declaração do Ministério das Finanças que autoriza a abertura de créditos especiais no orçamento de vários ministérios no montante de 135 584 099 contos, publicada no *Diário da República*, 1.ª-B série, n.º 2, de 3 de Janeiro de 1991 ..... 512-(13)

**Declaração de rectificação n.º 27/91:**

De ter sido rectificado o Decreto Regulamentar n.º 43/90, do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, que reestrutura serviços integrados no Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação e racionaliza os respectivos efectivos humanos e materiais, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 291, de 19 de Dezembro de 1990 ..... 512-(13)

**Declaração de rectificação n.º 28/91:**

De ter sido rectificada a Portaria n.º 1221/90, do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que fixa as normas a que devem obedecer os distintivos nos veículos utilizados no transporte público ocasional de mercadorias, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 291, de 12 de Dezembro de 1990 ..... 512-(14)

## **PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**

Secretaria-Geral

## **Declaração de rectificação n.º 7/91**

Segundo comunicação do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a Portaria n.º 1208/90, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 290, de 18 de Dezembro de 1990, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

No n.º 4.º, onde se lê «a respectiva taxa de instalação» deve ler-se «a respectiva taxa de instalação, não se incluindo nestas taxas o equipamento».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 16 de Janeiro de 1991. — O Secretário-Geral,  
*Franca Martins.*

## **Declaração de rectificação n.º 8/91**

Segundo comunicação do Ministério das Finanças, a declaração de abertura de créditos especiais publicada no *Diário da República*, 1.<sup>a</sup> série, n.º 299, de 29 de Dezembro de 1990, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

Na despesa «10 — Ministério do Planeamento e da Administração do Território», é eliminado o conteúdo do cap. 50, div. 17, subdiv. 05, que deve ser considerado como se inserido fosse sobre aqueles mesmos códigos de classificação orgânica do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais.

Nesta conformidade, as somas dos respectivos Ministérios são rectificadas para:

Planeamento e da Administração do  
Território ..... 88 894  
Ambiente e Recursos Naturais ..... 21 000

Em «14 — Ministério da Educação», no cap. 50, div. 86, subdiv. 03, onde se lê «Promoção de novas tecnologias m.rural — UAG/IFF» deve ler-se «Promoção de novas tecnologias m.rural — UAG/IPE»

No cap. 80, div. 33, onde se lê «Subdiv. 01» deve ler-se «Subdiv. 10».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 11 de Janeiro de 1991. — O Secretário-Geral,  
*França Martins.*

**Declaração de rectificação n.º 9/91**

Segundo comunicação do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, a Portaria n.º 108/90, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 249, de 27 de Outubro de 1990, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

No artigo 20.º, n.º 2, alínea *a*), onde se lê «Para o exame da alínea *a*), na EPP» deve ler-se «Para o exame da alínea *a*) do n.º 1, na EPP».

No artigo 37.º, n.º 3, onde se lê «a partir de 1 de Janeiro de 1991» deve ler-se «a partir de 1 de Janeiro de 1993».

No artigo 41.º, n.º 2, alínea *a*), onde se lê «Aos oficiais de pilotagem de categoria não inferior a piloto de 1.ª classe que possuam a disciplina de comunicações do curso respectivo;» deve ler-se «Aos oficiais de pilotagem de categoria não inferior a piloto de 3.ª classe e aos mestres do largo pescadores que possuam uma disciplina de Comunicações do curso respectivo que inclua os conhecimentos respeitantes ao programa de exame para obtenção deste certificado;».

O certificado a que se refere o artigo 46.<sup>º</sup> saiu com várias inexactidões, pelo que se procede de novo à sua publicação.

Modelo do certificado a que se refere o art.º 46.º

 <b>REPÚBLICA PORTUGUESA</b>	
<b>CERTIFICADO PARA A CONDUÇÃO DE MOTORES DE POTÊNCIA IGUAL OU INFERIOR A 150 KW</b>	
N.º _____ Emitido em ____ / ____ / ____ Válido até ____ / ____ / ____	
Nome _____ Categoría _____ Data de Nascimento ____ / ____ / ____ Nacionalidade _____ O _____	
(Entidade emissora a) _____	
1.º FPP ou Capitania   Anverso	

O presente certificado é emitido nos termos da Portaria \_\_\_\_\_/  
de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.  
Permite conduzir o motor da MARCA \_\_\_\_\_, N.º \_\_\_\_\_,  
Potência \_\_\_\_\_ KW.

**3) O formato será de 105 mm X 75 mm.  
4) Será impresso a azul sobre papel branco.  
5) Será impresso oito dias e causado do lado branco da entidade emissor da assinatura respeit**

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 16 de Janeiro de 1991. — O Secretário-Geral,  
*Franca Martins.*

**Declaração de rectificação n.º 10/91**

Segundo comunicação do Ministério do Comércio e Turismo, a Portaria n.º 1201/90, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 287, de 14 de Dezembro de 1990, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

No n.º 1.º, onde se lê:

- 3117.1.0 — Produção de azeite.
- 3117.2.0 — Refinação de azeite.

deve ler-se:

- 3115.1.0 — Produção de azeite.
- 3115.2.0 — Refinação de azeite.

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 14 de Janeiro de 1991. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

**Declaração de rectificação n.º 11/91**

Segundo comunicação da 10.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública junto do Ministério do Emprego e da Segurança Social, a declaração de transferência de verbas publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 290, de 18 de Dezembro de 1990, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

No cap. 04, div. 04, subdiv. 01, C. F. 5.01.0, C. E. 02.03.07, em «Anulações», onde se lê «75» deve ler-se «1000».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 11 de Janeiro de 1991. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

**Declaração de rectificação n.º 12/91**

Segundo comunicação da 14.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública junto do Ministério das Finanças, a declaração de alterações de rubricas publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 228, de 2 de Outubro de 1990, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

Deve ser eliminado o conteúdo da div. 17 do cap. 50 do Ministério do Planeamento e da Administração do Território e ser considerado sob aqueles mesmos códigos da classificação orgânica do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais.

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 10 de Janeiro de 1991. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

**Declaração de rectificação n.º 13/91**

Para os devidos efeitos se declara que o *Diário da República*, 1.ª-B série, n.º 2, de 3 de Janeiro de 1991, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

No sumário, onde se lê:

**Ministério das Finanças****Declarações:**

De ter sido autorizada a abertura de créditos especiais [...] no montante de 135 584 099 contos .....	34
De terem sido autorizadas alterações nos orçamentos [...] no montante de 6 063 000 contos .....	41

**Ministério do Ambiente e Recursos Naturais****Declaração:**

De terem sido autorizadas transferências de verbas [...] no montante de 15 600 contos .....	45
---	----

deve ler-se:

**Ministério das Finanças****Declaração n.º 1/91:**

De ter sido autorizada a abertura de créditos especiais [...] no montante de 135 584 099 contos .....	34
---	----

**Declaração n.º 2/91:**

De terem sido autorizadas alterações nos orçamentos [...] no montante de 6 063 000 contos .....	41
---	----

**Ministério do Ambiente e Recursos Naturais****Declaração n.º 3/91:**

De terem sido autorizadas transferências de verbas [...] no montante de 15 600 contos .....	45
---	----

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 8 de Janeiro de 1991. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

**Declaração de rectificação n.º 14/91**

Segundo comunicação do Gabinete do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a Portaria n.º 1154/90, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 271, de 23 de Novembro de 1990, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

No Regulamento de Tarifas da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, no artigo 17.º, n.º 1, onde se lê «do artigo 14.º» dever ler-se «do artigo 13.º».

No n.º 2, onde se lê «As embarcações referidas na alínea h) do artigo 14.º» deve ler-se «As embarcações referidas na alínea i) do artigo 13.º». No artigo 18.º, n.º 1, onde se lê «do artigo 15.º» deve ler-se «do artigo 14.º».

No artigo 23.<sup>º</sup>, n.<sup>º</sup> 1, onde se lê «com o n.<sup>º</sup> 2 do artigo 22.<sup>º</sup>» deve ler-se «com o n.<sup>º</sup> 2 do artigo 21.<sup>º</sup>».

O quadro do artigo 23.º, n.º 1, é substituído pelo seguinte:

Veículos	Descarga	Carga
Automóvel leve .....	400\$00	300\$00
Automóvel pesado .....	1 200\$00	800\$00
Motociclos e velocípedes sem motor	250\$00	200\$00
Atrelado .....	1 200\$00	800\$00
Não especificados .....	1 200\$00	800\$00

No artigo 28.<sup>º</sup>, n.<sup>o</sup> 2, onde se lê: «referido no artigo 27.<sup>º</sup>» deve ler-se «referido no artigo 26.<sup>º</sup>». No artigo 28.<sup>º</sup>, n.<sup>o</sup> 6, onde se lê «disposto no artigo 27.<sup>º</sup>» deve ler-se «disposto no artigo 26.<sup>º</sup>». No artigo 45.<sup>º</sup>, onde se lê «de harmonia com o disposto no artigo 45.<sup>º</sup>» deve ler-se «de harmonia com o disposto no artigo 44.<sup>º</sup>».

No artigo 55.º, n.º 1, onde se lê «estabelecidos no artigo 55.º» deve ler-se «estabelecidos no artigo 54.º».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 8 de Janeiro de 1991. — O Secretário-Geral,  
*França Martins.*

## **Declaração de rectificação n.º 15/91**

Para os devidos efeitos se declara que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/90, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 298 (suplemento), de 28 de Dezembro de 1990, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

No n.º 16, onde se lê «realizarem o pagamento ou o pagamento do remanescente do preço em três anos» deve ler-se «realizarem o pagamento do preço em três anos».

No n.º 21, onde se lê «até ao limite máximo da primeira semestralidade» deve ler-se «correspondente ao montante da primeira semestralidade».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 21 de Janeiro de 1991. — O Secretário-Geral,  
*França Martins.*

## **Declaração de rectificação n.º 16/91**

Segundo comunicação do Ministério do Comércio e Turismo, a Portaria n.º 37/91, publicada no *Diário da República*, 1.ª-B série, n.º 12, de 15 de Janeiro de 1991, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

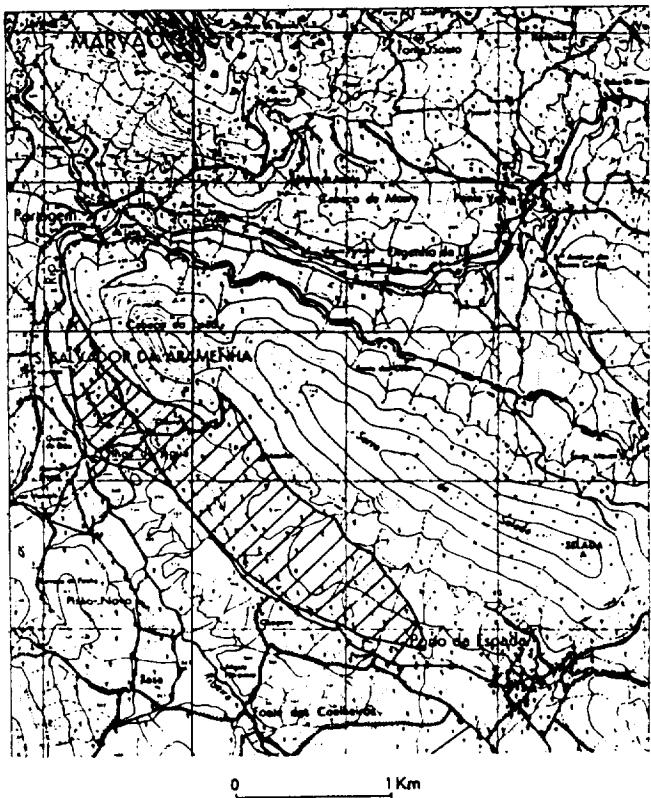
Onde se lê «Pelo Ministro do Comércio e Turismo,  
*Miguel António Igrejas Horta e Costa, Secretá-*

rio de Estado do Comércio Externo» deve ler-se «Pelo Ministro do Comércio e Turismo, *José António Leite de Araújo*, Secretário de Estado do Comércio Interno».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 22 de Janeiro de 1991. — O Secretário-Geral,  
*França Martins.*

**Declaração de rectificação n.º 17/91**

Segundo comunicação do Ministério do Planeamento e da Administração do Território, na Portaria n.º 887/90, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 219, de 21 de Setembro de 1990, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, não foi, por lapso, publicado o mapa, pelo que se procede à sua publicação integral.



Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 23 de Janeiro de 1991. — O Secretário-Geral,  
*França Martins.*

**Declaração de rectificação n.º 18/91**

Segundo comunicação do Gabinete do Ministro das Finanças, os mapas das provisões e das mais-valias fiscais, respectivamente modelos n.<sup>os</sup> 30 e 31, anexos à declaração publicada no *Diário da República*, 1.ª sé-

rie, n.º 300 (6.º suplemento), de 31 de Dezembro de 1990, cujo original se encontra arquivado nesta

Secretaria-Geral, devem considerar-se, respectivamente, substituídos pelos seguintes:

## **MAPA DAS PROVISÕES**

**Exercício de 19**



30

Discriminação das provisões	Saldo do ano anterior			Movimento do exercício						Saldo para o ano seguinte	
	Totais	Importâncias contidas na coluna 2 que foram tributadas	Importâncias consideradas para efeitos fiscais	Redução			Reposição				
				Utilização (a)		Reposição					
				De importâncias contidas na coluna 3	De importâncias contidas na coluna 4	De importâncias contidas na coluna 3	De importâncias contidas na coluna 4				
1	2	3	4 = 2 - 3	5	6	7	8	9	10 = 2 - 5 - 6 - 7 + 8 + 9		
Provisão para créditos de cobrança duvidosa (artigo 34.º do CIRC)	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	
Créditos em contencioso (linhas a) e b) do n.º 1 do artigo 34.º)	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	
Crédito em mora (alínea c) do n.º 1 do artigo 34.º)	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	
Provisão para depreciação de existências (artigo 35.º do CIRC)	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	
	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	
	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$	
Soma I											
	\$	\$		\$		\$		\$	\$	\$	
	\$	\$		\$		\$		\$	\$	\$	
	\$	\$		\$		\$		\$	\$	\$	
Soma II											
Soma III=I+II											
Saldo das provisões nos termos do CCI m.º 5 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 442-B/88)	Encargos com férias (artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 442-B/88)			Constituição ou reforço de provisões no exercício			Reposição do saldo das provisões nos termos do CCI (E)	Saldo para o ano seguinte das provisões nos termos do CCI			
	Total (c)	Valor aceite como custo fiscal (d)		Créditos de cobrança duvidosa	Depreciação de existências						
1	2	3 = 25% x 2		4	5		6 = 3 + 4 + 5		7 = 1 - 6		

Modelo n.º 1000 (Evaluación de IICM-EP)



PREFCO: 301000

(245 - 210 mm = 35 mm)

Discriminação	Custo de aquisição ou de produção 1	Preço de mercado 2	Límite legal 3 = 1 - 2
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	\$	\$	\$
Produtos e trabalhos em curso	\$	\$	\$
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	\$	\$	\$
Produtos acabados e intermédios	\$	\$	\$
Mercadorias	\$	\$	\$
Explicitar em observações as circunstâncias que determinaram a atribuição de um preço de mercado inferior ao custo de aquisição ou de produção	TOTAL		\$

Determinação do limite de provisão para créditos em mora			
Creditos de cobrança duvidosa com exceção dos mencionados nas alíneas a) e b) do artigo 34º do CIRC		Percentagem	Límite legal
Mora no pagamento	Importância		
1	2	3	4 = 2 x 3
Mais de 6 até 12 meses	\$	25 %	\$
Mais de 12 até 18 meses	\$	50 %	\$
Mais de 18 até 24 meses	\$	75 %	\$
Mais de 24 meses	\$	100 %	\$
		TOTAL	

## OBSERVAÇÕES

### OBSERVAÇÕES

Modelo n.º 1091 | Exclusivo da INCOM EP



PREÇO 20\$00

[1] Declaro que pretendo reinvestir nos termos do artigo 44.º do Código do IRC o valor de realização dos elementos do activo imobilizado financeiro (1) e corpóreo.

[2] Declaro que pretendo reinvestir nos termos do artigo 44.º do Código do IRC o valor de realização dos elementos do activo imobilizado financeiro (1) e corpóreo no montante de [ ] \$

[3] Declaro que não pretendo reinvestir nos termos do artigo 44.º do Código do IRC o valor de realização dos elementos do activo imobilizado financeiro (1) e corpóreo.

**Assinatura do Representante Legal:**

Data ( / / )

(1) Artigo 18º do E.B.F.

Este mapa destina-se à determinação das mais-valias e menos-valias fiscais, bem como das contabilísticas, geradas pela transmissão onerosa de elementos do activo immobilizado, qualquer que seja o título por que se opere e, bem assim, as derivadas de sinistros ou as resultantes da afectação permanente dasqueles elementos, a fins alheios à actividade exercida.

Deverão utilizar-se mapas separados para cada um dos grupos do activo imobilizado, assinalando com «X» o respetivo grupo.

Coluna 1 → Os elementos do activo immobilizado podem ser discriminados por grupos homogéneos, conforme as designações do Decreto Regulamentar, distribuídos pelas diversas áreas de aquisição.

**Coluna 2** pelos diversos anos de ajustamento.  
— O valor de realização a considerar será o mencionado no n.º 3 do artigo 42.º do CIRC e, não coincidindo com o valor inscrito na contabilidade, deverão os encargos com a venda ser adicionados algébricamente ao valor a inscrever na coluna 8, referindo-se o facto em «Observações».

**Coluna 5** -- Nesta coluna deve inscrever-se o valor reavaliado, independentemente de a reavaliação ter sido efectuada ou não ao abrigo da legislação fiscal.  
**Coluna 6** -- Devem ser inscritas as reintegrações e amortizações praticadas constantemente.

**Colunas 7 e 12 — Afectar com sinal (+) a mais-valia e sinal (-) a menos-valia.**

lísticas e deve coincidir com as contabilizadas por forma que o lucro tributável seja influenciado exclusivamente pelas maiores valias ou menores valias fiscais. Tendo havido reavaliação, reflete para o efeito o valor reavalorado. Se o saldo

desta coluna (soma algébrica das mais-valias e menos-valias) por negativo, deve ser acrescido na linha correspondente as menos-valias contabilísticas do quadro 17 da declaração de rendimentos (mod. 22), e se for positivo, deve ser de-

— Deverem ser inscritas as reintegrações e amortizações praticadas sobre o valor de aquisição, com observância do disposto na parte final da alínea a) do

n.º 5 do artigo 28.º do CIRC. De notar que tendo havido reavaliações do activo immobilizado, os valores a inscrever serão em regra diferentes dos correspondentes às re-integrações e amortizações contabilizadas.

Coluna 10 — Destina-se à inscrição dos coeficientes de desvalorização da moeda previstos no artigo 43.º do CIRC e constantes de portaria do Ministro das Finanças. Estes coeficientes não são aplicáveis aos activos imobilizados financeiros, salvo quanto aos investimentos em imóveis.

**Coluna 11 —** No caso de activos immobilizados financeiros a que não seja aplicável a correção monetária, o valor a inscrever nesta coluna será igual ao valor líquido dos investimentos em imóveis.

Coluna 13 — Se o saldo desta coluna for positivo e relativo a imobilizações corpóreas ou fi-

...nanceiras deve, consoante o caso:

- a) Se optou, no quadro «Reinvestimento dos valores de realização», pelo reinvestimento total, preencha o quadro 29 da declaração de rendimentos (mod. 22) e não transporte o saldo desta coluna para o quadro 17 da referida declaração.
  - b) Se optou, no quadro «Reinvestimento dos valores de realização», pelo reinvestimento parcial, preencha o quadro 29 da declaração de rendimentos (mod. 22) com a parte do valor de realização a reinvestir e transporte do saldo desta coluna a parte proporcional ao valor de realização que não pretende reinvestir, para o quadro 17 (linha correspondente às mais-valias fiscais por valores de realização não reinvestidos) da referida declaração.
  - c) Se optou, no quadro «Reinvestimento dos valores de realização», pelo não reinvestimento, não preencha o quadro 29 da declaração de rendimentos (mod. 22) e transporte o saldo desta coluna para o quadro 17 (linha correspondente às mais-valias fiscais por valores de realização não reinvestidos) da referida declaração.

Se o saldo desta coluna for positivo e relativo a imobilizações incorpóreas, não preencha o quadro 29 da declaração de rendimentos (mod 22) e transporte o mencionado saldo para o quadro 17 (linha correspondente às mais-valias fiscais por valores de realização não reinvestidos) da referida declaração.

responder à mais-valias fiscais por valores de realização não reinvestidos) da referida declaração. Se o saldo desta coluna for negativo, não preencha o quadro 29 da declaração de rendimentos (mod. 22) e transporte o mencionado saldo para o quadro 17 (linha correspondente às menos-valias fiscais) da referida declaração.

**Declaração de rectificação n.º 19/91**

Para os devidos efeitos se declara que o Decreto Regulamentar Regional n.º 1/91/A, publicado no *Diário da República*, 1.ª-B série, n.º 10, de 12 de Janeiro de 1991, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

No artigo 14.º (Subsídios e adiantamentos), onde se lê: «A atribuição de subsídios a fundo perdido ou reembolsáveis a quaisquer entidades,» deve ler-se «A atribuição de subsídios reembolsáveis a quaisquer entidades,».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 21 de Janeiro de 1991. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

**Declaração de rectificação n.º 20/91**

Segundo comunicação do Ministério da Saúde, a Portaria n.º 13/91, publicada no *Diário da República*, 1.ª-B série, n.º 3, de 4 de Janeiro de 1991, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

Onde se lê «Hospital Distrital de Coimbra» deve ler-se «Hospital da Universidade de Coimbra».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 23 de Janeiro de 1991. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

**Declaração de rectificação n.º 21/91**

Segundo comunicação do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, a Portaria n.º 1152/90, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 270, de 22 de Novembro de 1990, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

Na tabela, na 1.ª col., onde se lê:

Pomares:

[...]  
De pomóideas (r)  
[...]

deve ler-se:

Pomares:

[...]  
De pomóideas (r)  
[...]

e nas cols. «Beira Litoral» e «Beira Interior», onde se lê «24 750\$00 — (q) 25 400\$00» deve ler-se «(r) 24 750\$00 — 25 400\$00».

Nas observações, onde se lê «(u) Para a região do Planalto Mirandês o valor da renda pode atingir 18 300\$/ha.» deve ler-se «(u) Para a região do Planalto Mirandês o valor da renda pode atingir 35 000\$/ha.».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 15 de Janeiro de 1991. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

**Declaração de rectificação n.º 22/91**

Segundo comunicação da Câmara Municipal de Soure, a declaração de rectificação ao Despacho Normativo n.º 161/90, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 300 (5.º suplemento), de 31 de Dezembro de 1990, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

Onde se lê:

Coimbra:

Soure — Vale de Anços.

deve ler-se:

Coimbra:

Soure — Vila Nova de Anços.

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 31 de Janeiro de 1991. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

**Declaração de rectificação n.º 23/91**

Segundo comunicação do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, a Portaria n.º 1240/90, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 300, de 31 de Dezembro de 1990, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

No sumário e no n.º 1.º, onde se lê «situadas na freguesia de Santa Maria do Castelo, concelho de Sesimbra,» deve ler-se «situadas na freguesia de Santa Maria do Castelo, concelho de Alcácer do Sal,».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 31 de Janeiro de 1991. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

**Declaração de rectificação n.º 24/91**

Segundo comunicação do Ministério do Emprego e da Segurança Social, a Portaria n.º 1177/90, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 278, de 3 de Dezembro de 1990, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

No capítulo III, no n.º 10.º, onde se lê «atribuídas a partir de 1 de Janeiro de 1988» deve ler-se «atribuídas a partir de 1 de Janeiro de 1989».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 31 de Janeiro de 1991. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

**Declaração de rectificação n.º 25/91**

Segundo comunicação do Ministério do Planeamento e da Administração do Território, a Portaria n.º 1221-B/90, publicada no *Diário da República*,

1.ª série, n.º 291 (2.º suplemento), de 19 de Dezembro de 1990, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

No n.º 1 do anexo, onde se lê «*b.1) [...] e dos registos por*» deve ler-se «*b.1) [...] e dos registados por*».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 30 de Janeiro de 1991. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

### Declaração de rectificação n.º 26/91

Segundo comunicação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública (Ministério das Finanças), a declaração de abertura de créditos especiais publicada no *Diário da República*, 1.ª-B série, n.º 2, de 3 de Janeiro de 1991, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

**Na despesa:** 10 — Ministério do Planeamento e da Administração do Território, no cap. 01, div. 05, subdiv. 03, onde se lê «funcional 8.01.0, C. E. 02.03.10» deve ler-se «funcional 8.01.0, C. E. 02.03.10, alínea B»; 12 — Ministério da Indústria e Energia, onde se lê «cap. 01, div. 01» deve ler-se «cap. 01, div. 04», e 14 — Ministério da Educação, no cap. 50, div. 12, onde se lê «Subdiv. 19 — GEFME — Projecto Minerva» deve ler-se «Subdiv. 19 — GEPME — Projecto Minerva».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 31 de Janeiro de 1991. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

### Declaração de rectificação n.º 27/91

Para os devidos efeitos se declara que o Decreto Regulamentar n.º 43/90, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 291, de 19 de Dezembro de 1990, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

No artigo 1.º, n.º 1, onde se lê «A Quinta da Sarrazola, sita no Município de Sintra, e os bens móveis que integram o legado instituído a favor do Estado» deve ler-se «A Quinta da Sarrazola, sita no Município de Sintra, e os demais bens imóveis que integram o legado instituído a favor do Estado».

No artigo 8.º, n.º 3, onde se lê «constante do anexo IV» deve ler-se «constante do anexo V».

No mapa n.º 3 — Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, na coluna respeitante ao número de lugares da categoria de técnico-adjuunto principal da carreira de técnico auxiliar de laboratório, onde se lê «(d) 4» deve ler-se «4».

No mapa n.º 4 — Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, a categoria de operador de consola da carreira de operador do grupo de pessoal técnico-profissional deve considerar-se abrangida pela chaveta indicadora da dotação global de lugares.

No mapa n.º 5 — Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, na coluna correspondente às categorias da carreira de engenheiro técnico agrário, onde se lê «Técnico especialista principal» deve ler-se «Técnico especialista».

Na anotação final ao mapa n.º 5, onde se lê «(a) Carreira a extinguir quando vagar lugares» deve ler-se «(a) Carreira a extinguir quando vagarem os lugares».

Procede-se a nova publicação do mapa n.º 2 — Direcção-Geral de Planeamento e Agricultura:

MAPA N.º 2

Direcção-Geral de Planeamento e Agricultura

Grupo de pessoal	Carreira	Categoria	Número de lugares
Técnico.....	Engenheiro técnico agrário .....	Técnico especialista principal..... Técnico especialista .....	5 5
		Técnico principal .....	9
		Técnico de 1.ª classe .....	11
		Técnico de 2.ª classe .....	11
	Agente técnico agrícola.....	Técnico-adjuunto especialista de 1.ª classe... Técnico-adjuunto especialista .....	1 3
		Técnico-adjuunto principal .....	(a) 7
		Técnico-adjuunto de 1.ª classe .....	3
		Técnico-adjuunto de 2.ª classe .....	3
Técnico-profissional.....	Técnico auxiliar de serviço social.....	Técnico-adjuunto especialista de 1.ª classe... Técnico-adjuunto especialista .....	3
		Técnico-adjuunto principal .....	
		Técnico-adjuunto de 1.ª classe .....	
		Técnico-adjuunto de 2.ª classe .....	
	Técnico auxiliar .....	Técnico auxiliar especialista .....	3
		Técnico auxiliar principal .....	7
		Técnico auxiliar de 1.ª classe .....	7
		Técnico auxiliar de 2.ª classe .....	11

Grupo de pessoal	Carreira	Categoria	Número de lugares
Administrativo .....	Oficial administrativo .....	Oficial administrativo principal..... Primeiro-oficial..... Segundo-oficial..... Terceiro-oficial.....	6 18 20 33
Auxiliar .....	Auxiliar técnico .....	Auxiliar técnico principal..... Auxiliar técnico de 1.ª classe .....	(b) 2
	Fiel de armazém.....	Fiel de armazém principal, de 1.ª classe ou 2.ª classe.	(b) 2
	Tractorista .....	Tractorista principal ou tractorista .....	3
	—	Auxiliar de limpeza .....	6
Agrícola .....	Trabalhador rural.....	Trabalhador rural.....	11

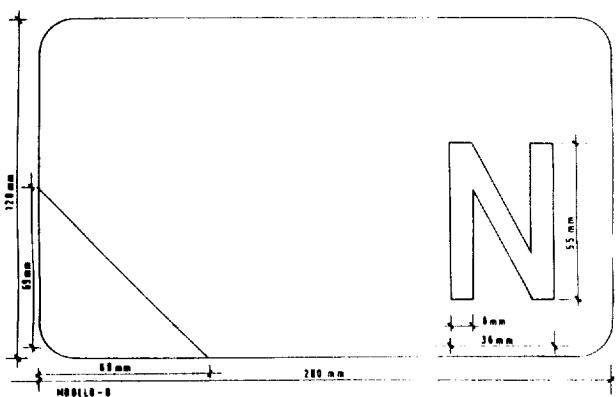
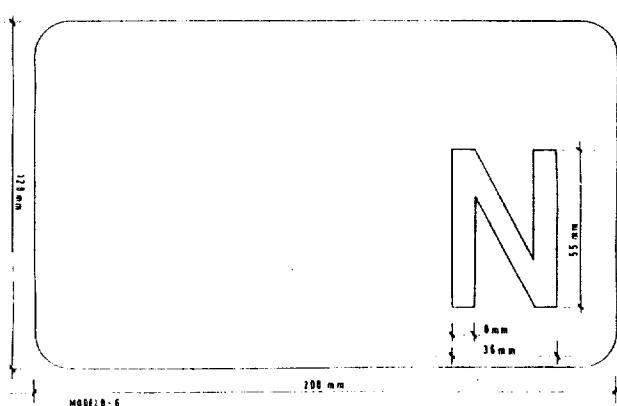
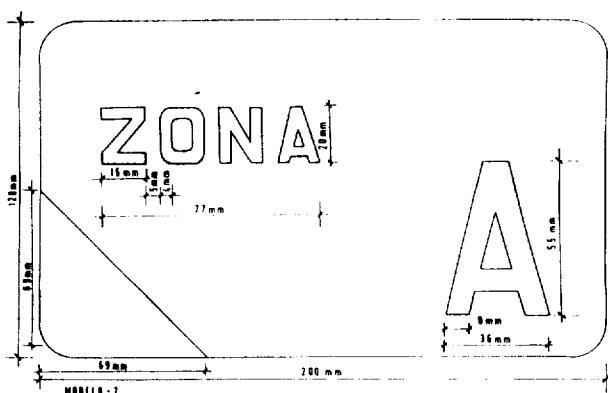
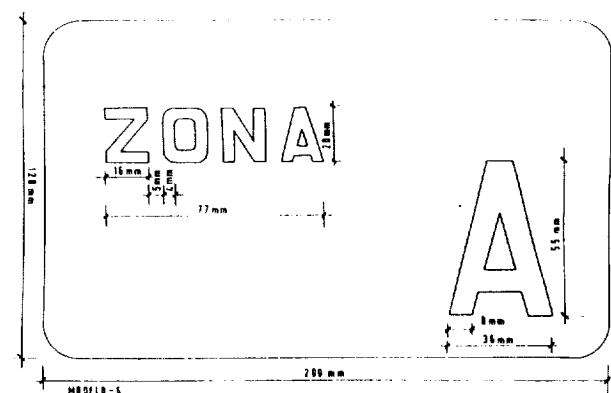
(a) Quatro lugares a extinguir quando vagarem.

(b) Carreira a extinguir quando vagarem os lugares.

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 30 de Janeiro de 1991. — O Secretário-Geral, *França Martins*.

#### Declaração de rectificação n.º 28/91

Para os devidos efeitos se declara que, por lapso, não foram publicados os modelos n.ºs 5, 6, 7 e 8 anexos à Portaria n.º 1221/90, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 291, de 19 de Dezembro de 1990, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, pelo que se procede à sua publicação.



Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 28 de Janeiro de 1991. — O Secretário-Geral, *França Martins*.





# DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8814/85

ISSN 0870-9963

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

## AVISO

Por ordem superior e para constar, comunicase que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não trагam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE  
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 5\$50; preço por linha de anúncio, 154\$.

2 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

---

**PREÇO DESTE NÚMERO 66\$00**

---

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex